

IBGE



Carlos Chicarino/AE — 10/5/88

Charles Mueller, do IBGE: bom caminho será um novo índice

IBGE não pode criar vetor como no Verão

Tática foi usada para zerar a inflação no começo do plano de Mailson da Nóbrega

RIO — Se o congelamento de preços e salários for uma das medidas adotadas pela nova equipe econômica, é impossível para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcular qualquer vetor que permita “zerar” a inflação para o início do governo Collor, a tempo de ser anunciado no dia 16 de março. Isso foi garantido ontem, no Rio, pelo presidente do IBGE, Charles Mueller. “Do IBGE, o vetor não sai”, afirmou ele, ao explicar que os cálculos do vetor precisam de, “no mínimo, um mês de antecedência para preparação”.

Foi o que aconteceu no Plano Verão, contou Mueller. Desde novembro de 1988, o IBGE foi alertado pelo ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, de que haveria um congelamento no início do ano seguinte. Começaram, então, os preparativos para o vetor, que “incharia” a inflação de janeiro para 70,28%, evitando a contaminação do índice de fevereiro com a inflação passada. Assim, o Plano Verão começou com uma inflação de apenas 3,60% (Índice de Preços ao Consumidor de fevereiro). A inflação de janeiro foi calculada no período de 51 dias e englobou todos os últimos aumentos de preços que, sem o vetor, teriam seus efeitos refletidos no índice de fevereiro.

Já que não há tempo para o cálculo do vetor — e nem a nova equipe econômica pediu infor-

mações de preços ao IBGE para calculá-lo — a alternativa técnica do governo, em caso de congelamento, poderia ser anunciar simultaneamente a desindexação de preços e salários, comentou Mueller. “Isso exigiria um trabalho político muito grande, porque seria preciso explicar à população que o primeiro índice de inflação do governo Collor ainda seria alto, em decorrência dos últimos aumentos de preços”, comentou. Nesta hipótese, o mais provável é que só dois meses depois o índice se “descontaminasse” dos reajustes autorizados nos dias que antecederam à posse do presidente.

Há, ainda, um terceiro caminho “psicologicamente positivo”, na opinião de Mueller, na impossibilidade do vetor. Seria criar um outro índice de preços, idêntico ao IPC e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) na metodologia e ponderações, mas diferente quanto ao período de coleta de preços, passando a ser, por exemplo, do dia 20 de um mês ao dia 20 do mês seguinte. Nesse caso, o governo começaria do zero, como no Plano Cruzado, mas teria também de indicar o que fazer com a inflação do período entre o final da coleta do índice em uso e o início da coleta do novo.

Se o governo simplesmente substituir o IPC de março (coletado do dia 16 de um mês ao dia 15 do seguinte) pelo INPC de março (coletado de 1º a 30), ainda assim colheria resíduos inflacionários dos aumentos registrados nos primeiros 15 dias de março. Só a partir de abril o INPC estaria “descontaminado”.